

10. Proposta para apreciação e deliberação da operação urbanística alteração e ampliação de edifício destinado a creche – Cruz Vermelha Portuguesa

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação do projeto de arquitetura da operação urbanística de “alteração e ampliação de edifício destinado a Creche – Cruz Vermelha Portuguesa”, sita na Rua José António Cruz, São Vítor, Braga, nos termos da alínea d) do número 3 do artigo 75.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga, proposta de aprovação do projeto de arquitetura da operação urbanística de “alteração e ampliação de edifício destinado a Creche – Cruz Vermelha Portuguesa”, sito na Rua José António Cruz, São Vítor, Braga, tudo de acordo com os documentos constantes do processo, da alínea d) do número 3 do artigo 75.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga, tudo de acordo com os documentos constantes da proposta.

Assunto: Proposta para apreciação e deliberação da operação urbanística "alteração e ampliação de edifício destinado a creche - Cruz Vermelha Portuguesa"

PROPOSTA: Submete-se o presente pedido ao Executivo Municipal, para que, se obtida deliberação favorável, se possa proceder à aprovação do projeto de arquitetura da operação urbanística de "alteração e ampliação de edifício destinado a Creche – Cruz Vermelha Portuguesa", sita na Rua José António Cruz, São Vitor, Braga. Mais se justifica que esta remissão a reunião de câmara resulta do disposto na alínea d), do número 3, do artigo 75º - "Usos e Regime e Edificabilidade para os Espaços de Equipamentos", da SUB-SECÇÃO – "ESPAÇOS DE USO ESPECIAL", do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga (Aviso n.º11741 do Diário da República n.º201, 2ª série, de 14 de outubro de 2015).

O (a) Chefe de Divisão

Anexos:

1. Informação técnica I/76155/DGU/2023;
2. Processo de operação urbanística com entrada via SPO com o número 1/2023/2186/0.

PROCESSO 2186/2023

REQUERIMENTO 23437/2023, DE 11/04/2023

REQUERENTE CRUZ VERMELHA PORTUGUESA

LOCAL DA OBRA RUA JOSÉ ANTÔNIO CRUZ, FREGUESIA DE BRAGA (SÃO VÍTOR)

ASSUNTOLICENCIAMENTO - OBRAS DE EDIFICAÇÃO - ARQUITETURA

Informação: I/76155/DGU/2023

Autor:

06/09/2023

1. Identificação da pretensão:

1.1. De acordo com a alínea c), do número 2, do artigo 4º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-lei n.º 136 de 9 de setembro de 2014:

1.1.1. A pretensão consiste no pedido de licenciamento de obras de alteração e ampliação de edifício destinado a Creche;

1.2. A pretensão articula com o Regime de Instalação, Funcionamento e de Fiscalização da Prestação de Serviços e dos Estabelecimentos de Apoio Social na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-lei n.º 126-A de 31 de dezembro de 2021 e com a Portaria n.º 262 de 31 de agosto de 2011 alterada pela Portaria n.º 411 de 14 de dezembro de 2012.

2. Instrumentos de gestão em que se insere:

2.1. O terreno objeto da pretensão está abrangido pelo Regulamento do Plano Diretor de Braga (Aviso n.º 11741 de 14 de outubro de 2015):

2.1.1. Planta de ordenamento:

- Classificação e Qualificação do solo: UI1 – solo urbanizado – Equipamentos e UOPG 23- Santa Tecla

- Estrutura Ecológica Municipal: sem classificação

- Hierarquia Administrativa da Rede Viária: Via Acesso Local (sul)

- Hierarquia Funcional da Rede Viária: sem classificação

- Rede Ciclável: rede ciclável urbana

- Sistema Patrimonial: não classificada

- Sensibilidade ao Ruído: Zona mista

2.1.2. Planta de Condicionantes:

- Condicionantes Gerais: sem condicionantes

- Reserva Agrícola Nacional: sem condicionantes

- Reserva Ecológica Nacional: sem condicionantes

- Risco de incêndio: sem condicionantes

3. Servidões administrativas e restrições de utilidade pública ou outros condicionalismos a considerar:

3.1. De acordo com o disposto no número 2, do artigo 7º, do Decreto-lei n.º 126-A de 31 de dezembro de 2021 a pretensão carece dos seguintes pareceres:

3.1.1. Parecer favorável do Instituto da Segurança Social, I.P.. A requerente fez anexar o referido através da sua informação tem o n.º 3113-110-AM-2023 ATA-E-NATRS de 20 de julho de 2023;

3.1.2. Parecer favorável da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. A requerente fez anexar ao processo guia de pagamento que comprova a entrada na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil do processo 1511505. A requerente deverá apresentar projeto de segurança contra incêndios aprovado conjuntamente com a entrega dos projetos de especialidades.

4. Antecedentes identificados:

4.1. Processo n.º 1/2001/4074

4.2. Alvará de Licença de Construção n.º 3424/2003.

5. Instrução do processo:

5.1. De acordo com a Portaria n.º 113 de 22 de abril de 2015 encontram-se em falta e/ou necessitam ser corrigidos os seguintes elementos instrutórios:

5.1.1. A área constante na certidão da conservatória do registo predial deverá ser concordante com a área do levantamento topográfico até à entrega dos projetos de especialidades.

6. Requisitos legais e regulamentares a considerar:

6.1. De acordo com o Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga:

6.1.1. O uso de Creche é admitido no local objeto da pretensão conforme dispõe o número 1, do artigo 75º;

6.1.1. A proposta respeita o disposto na alínea a), do número 3, do artigo 75º;

6.1.2. A proposta respeita o disposto na alínea b), do número 3 do artigo 75º;

6.1.3. No que respeita aos lugares de estacionamento, salvo melhor opinião, cumpre-me alertar e informar o seguinte raciocínio:

6.1.3.1. A pretensão apresenta uma área total de construção de 1328,95m² que à luz do disposto no artigo B-1/29º do Código Regulamentar de Braga (Regulamento n.º 973 de 26 de outubro de 2016) não se constitui como operação urbanística de impacte relevante nem tendo por analogia os edifícios destinados a comércio e/ou serviços;

6.1.3.2. Cumpre-me alertar e informar que existindo uma pré-existência com o mesmo destino, não existe qualquer enquadramento no número 1, do artigo 105º do Regulamento do Plano Diretor Municipal na medida em que a ampliação deste equipamento se consubstancia em 31,24% (316,30m²) não existindo ampliação superior a 50% da área de construção existente;

6.1.3.3. Assim, face ao alegado nos pontos anteriores, considera-se ser de dispensar a criação de novos lugares de estacionamento desde que fique salvaguardado o acesso a veículos prioritários ao edifício objeto da pretensão em conformidade com o disposto no número 7, do artigo 17º da Portaria n.º 262 de 31 de agosto de 2011, considerando-se que desse modo, a proposta pode reunir as condições necessárias ao cumprimento da alínea c), do artigo 75º;

6.1.4. A pretensão aqui em apreciação reúne as condições para aprovação em reunião de câmara de acordo com o disposto na alínea d), do artigo 75º;

6.1.5. A proposta apresenta um índice de impermeabilização de 45% pelo que respeita o disposto na alínea e), do número 3, do artigo 75º;

6.1.6. Face a uma área de implantação de 1328,95m² ficam como remanescentes 1733,35m² pelo que respeita o disposto no número 4, do artigo 75º;

6.1.7. Considera-se ser de dispensar a deliberação de reunião de executivo municipal a que se refere o número 5, do artigo 75º, uma vez que a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) é uma "Instituição Humanitária não governamental voluntária que desenvolve a sua atividade apoiada pelo Estado, reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública administrativa, sem fins lucrativos, com plena capacidade jurídica para

prossecução dos seus fins” conforme Estatuto publicado no âmbito do Decreto-Regulamentar n.º10, em Diário da República n.º98, 1ªsérie-B, de 27 de abril de 1993;

6.2. De acordo com a Parte B, do Código Regulamentar do Município de Braga, Regulamento n.º 973 de 26 de outubro de 2016:

6.2.1. A pretensão tem enquadramento no disposto na alínea b), do número 3, do artigo B-1/48º sem prejuízo do cumprimento do artigo 1360º do Código Civil;

6.3. A título preventivo considera-se que a requerente deverá apresentar junto desta entidade parecer favorável do Conselho Local de Ação Social (CLAS).

7. Notas:

7.1. Foi apresentado projeto de acessibilidades composto por peças escritas (memória descritiva), peças desenhadas, termo de autor do projeto e inscrição do mesmo em organismo profissional nos termos do disposto no artigo 5º da redação que foi conferida pelo Decreto-lei n.º 136 de 9 de setembro ao Decreto-lei n.º 163 de 8 de agosto de 2006;

7.2. O termo de autor faz menção ao cumprimento do Decreto-Lei n.º 101-D de 7 de dezembro 2020 na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-lei n.º102 de 19 de novembro de 2021, sendo que o projeto de arquitetura garante o grau de detalhe que demonstra o cumprimento dos requisitos e a execução das soluções projetadas em obra (de acordo com o referido diploma legislativo);

8. Proposta de decisão:

8.1. Face ao acima exposto, considera-se que não há inconvenientes, do ponto de vista urbanístico. à aprovação do projeto de arquitetura desde que seja este o sentido da deliberação da Câmara conforme dispõe a alínea d), do número 3, do artigo 75º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga;

8.2. Difere-se para o momento da entrega dos projetos de especialidades a apresentação do solicitado nos pontos 5.1.1. e 6.3. ficando a aprovação dos referidos condicionada;

8.3. Em caso de aprovação do projeto de arquitetura, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20.º do RJUE, o requerente deve apresentar, no prazo de 6 meses a contar da notificação do ato de aprovação do projeto de arquitetura, os projetos de especialidades necessários à execução da obra.

8.4. O prazo assim fixado poderá ser prorrogado por uma só vez e por período não superior a 3 meses, mediante requerimento fundamentado, apresentado antes do respetivo termo.

8.5. A falta de apresentação de algum dos projetos de especialidades dentro do prazo fixado, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período de 6 meses, findo o qual será declarada a caducidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura, após audiência prévia do interessado, conforme disposto no n.º 6 do artigo 20.º do RJUE.

A Chefe de Divisão,